

HUGO LEONARDO OGASAWARA SIGAKI

A TEORIA DO REALISMO POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURITIBA

2006

HUGO LEONARDO OGASAWARA SIGAKI

A TEORIA DO REALISMO POLÍTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Monografia apresentada no Curso de graduação em Direito do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Fabrício Rodrigo Tomio

CURITIBA

2006

Dedico a meu irmão que sempre me
serviu como exemplo a ser seguido.

Agradeço a meus pais, pelos anos de incentivo e de carinho.
Agradeço ao prof. Fabrício, pela paciência e compreensão.
Agradeço a meus amigos, pela amizade sincera e verdadeira.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo a análise da teoria do realismo político. O realismo político foi uma teorização que serviu como reação aos pressupostos idealistas que nortearam a criação da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas. Esta Organização tem como propósito a busca pela paz e pela segurança internacionais, através da cooperação entre os Estados. No entanto, no sistema internacional, percebe-se a ineficiência desta cooperação, de modo que, Estados considerados soberanos e iguais pelo Direito Internacional Público, relacionam-se de forma desigual. Os maiores benefícios são auferidos pelos Estados mais poderosos. Estas relações, segundo o realismo político, pode ser caracterizadas como relações de poder, no qual um Estado que dispõe de maiores condições tem maior capacidade para obtenção de resultados. Por essa razão, é necessária uma análise destas relações inclusive sobre o foco do Direito.

Palavras-chave: Relações internacionais; teoria realista; realismo político; Direito Internacional Público.

SUMÁRIO

Resumo	iv
Introdução	1
1. Relações Internacionais	5
1.1. Definição	5
1.2. Os atores das relações internacionais	7
1.2.1. O Estado	7
1.2.2. As Organizações Internacionais	10
1.2.3. As empresas transnacionais	11
1.2.4. As organizações não-governamentais de alcance transnacional....	11
1.2.5. A Igreja	13
1.2.6. As organizações criminosas internacionais	14
1.2.7. A opinião pública internacional	15
1.2.8. O indivíduo	16
1.3. As teorias das relações internacionais	16
2. A teoria realista	19
2.1. A base de pensamento – Maquiavel e Hobbes	19
2.1.1. Nicolau Maquiavel	19
2.1.2. Thomas Hobbes	22
2.2. Realismo político de Edward H. Carr e Hans J. Morgenthau	24
2.2.1. Edward H. Carr	24
2.2.2. Hans J. Morgenthau	25
2.3. Teoria realista sob o enfoque do Direito	27
2.4. Teoria realista sob o enfoque da Ciência Política	31
3. A crítica da teoria do realismo político no atual cenário internacional	34
Conclusão	43
Referências Bibliográficas	45

Introdução

Ao longo da história, as organizações sociais e políticas, diante da incapacidade de auto-suficiência, sempre foram obrigadas a estabelecer relações entre si: trocas econômicas, guerras, diplomacia, etc. Essas relações realizadas entre os Estados que ultrapassam as fronteiras nacionais são chamadas de relações internacionais.

A partir do século passado, o estudo das Relações Internacionais ganhou uma maior importância. Antes da Primeira Guerra Mundial, a análise dessas relações restringia às pessoas profissionalmente ligadas ao assunto. Foi somente a partir de 1914 que a política internacional começou a se popularizar.¹

O fim da Primeira Guerra Mundial fez eclodir uma teoria que tinha como base de pensamento princípios idealistas. Como uma reação à guerra, que pela primeira vez envolveu países além do território europeu, essa teoria – pautada no princípio da moralidade nas relações interestatais – defendia os ideais de uma harmonia de interesses entre os Estados, identificando a consecução da paz internacional como um objetivo comum entre todas as Nações. Segundo esse pensamento, criou-se a Liga das Nações, cuja finalidade era buscar a manutenção da paz e da segurança internacionais através da cooperação entre seus membros.

Contudo, essa doutrina da harmonia de interesses não foi capaz de evitar uma outra guerra com consequências catastróficas. Pelo contrário, o mundo, ainda na primeira metade do século XX, viu-se novamente em uma guerra, em uma escala muito maior que a primeira.

Nesse contexto, através de Edward H. Carr e Hans J. Morgenthau, desenvolve-se uma teoria que, compromissada em demonstrar a realidade do jeito

¹ CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. *The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. p.15.

que ela é, preconiza que as relações internacionais são caracterizadas pelo conflito de interesses – e não pela harmonia de interesses –, estando, no centro das atividades, o Estado, que sempre busca a preservação e a satisfação de suas necessidades. Essa teoria é chamada de teoria realista (ou do realismo político).

Da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, o mundo foi modificando-se. Hoje, além dos Estados, verifica-se a emergência de novos atores no cenário internacional. Por essa razão, muitas críticas são feitas à teoria realista, pois ela considera o Estado como ator exclusivo das relações internacionais.

Sem dúvida, é inegável a importância destes novos atores nas relações internacionais. Contudo, o presente trabalho limitar-se-á à análise apenas das relações interestatais, pela posição (ainda) central do Estado no cenário internacional.

Os defensores dos pressupostos idealistas acreditavam ser possível a construção de uma ordem mundial baseada na cooperação entre os Estados e na harmonia de interesses. No entanto, considerando o princípio da soberania e da igualdade jurídica, estabelecidos pela Carta das Nações Unidas, percebe-se que os Estados não dispõem de elementos iguais nas relações internacionais.

Desse modo, verifica-se, em confronto aos pressupostos idealistas, que as relações entre os Estados caracterizam-se pela disputa pelo poder, no sentido de externar suas vontades e suas capacidades negociais para a satisfação de seus interesses. A cooperação entre as Nações que serve como princípio da Organização das Nações Unidas, por exemplo, é ineficiente, pois os países fracos continuam mais pobres. Além disso, não se verifica a tentativa efetiva dos países mais favorecidos em ajudar a esses países. Pelo contrário, os países mais poderosos estabelecem relações com os países fracos que acabam gerando benefícios desiguais às partes.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar as desigualdades entre as relações interestatais, identificando-as segundo os pressupostos da teoria

realista, suscitando o debate entre as soluções para a diminuição do abismo existente entre as nações e verificando que os pressupostos idealistas que fundamentaram a criação de uma “cooperação internacional” encontra limitações no cenário internacional.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, serão abordadas as relações internacionais. Academicamente, a disciplina das relações internacionais, enquanto ramo das Ciências Sociais, caracteriza-se pela multidisciplinariedade. Os eventos internacionais são bem amplos e suas consequências atingem vários ramos, entre eles, o Direito e a Ciência Política. A meta neste capítulo é estabelecer uma definição das relações internacionais e indicar os atores no cenário internacional.

No segundo capítulo, será exposta a teoria realista, desde sua base de pensamento – Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes – até seus pressupostos básicos, desenvolvidos por Carr e Morgenthau. Ademais, conforme dito no parágrafo anterior, pela característica multidisciplinar das relações internacionais, será analisado o Direito de acordo com o realismo político, principalmente no tocante à idéia de um “Estado mundial” e à segurança jurídica destas relações, com ênfase no desenvolvimento do Direito Internacional Público. Através da Ciência Política, será realizado o amparo para o entendimento das relações que se estabelecem entre os Estados, a partir do exame da política externa e da capacidade de cada Estado em maximizar seus interesses nas relações estabelecidas.

Por fim, no último capítulo, o objetivo é caracterizar o cenário internacional ligando alguns fatos e situações atuais à teoria realista, principalmente no tocante à identificação das relações internacionais relacionadas aos princípios realistas das relações de poder. O principal debate recai na questão da exclusão dos Estados politicamente mais fracos no meio internacional e na ineficácia (ou inexistência) de meios para a diminuição da diferença existente entre os diversos Estados do mundo,

como a ausência de instituições supranacionais que estimulem os Estados mais poderosos à cooperação.

1. Relações Internacionais

1.1. Definição

O indivíduo primitivo, na Pré-História, a partir do início do processo de sedentarização, fixando o ser humano à terra, começou a formar os primeiros agrupamentos de pessoas: as tribos. Nessas tribos, a produção dos insumos necessários para a subsistência dos integrantes do grupo era essencialmente cooperativa e exigia o trabalho coletivo.

A formação de toda sociedade está intrinsecamente ligada à necessidade humana e está diretamente apontada para a busca pela paz (através da formação de uma organização social), e pela garantia de subsistência (necessidade da divisão do trabalho, separando os responsáveis pela colheita, caça, etc) de todos os seus integrantes.²

Destas pequenas sociedades até a formação dos Estados modernos, é possível verificar que os Estados sempre buscaram estabelecer relações entre si. O conteúdo destas relações é definido de acordo com as necessidades e as peculiaridades de cada sociedade, conforme o contexto histórico.

² A formação da sociedade é examinada de acordo com duas concepções distintas: a natural e a contratualista. A idéia da sociedade natural, produto da própria natureza humana, tem como principal expoente Aristóteles, segundo o qual, "o homem é um animal político, por natureza, que deve viver em sociedade" in ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 14. O termo político, empregado pelo filósofo, diz respeito também a social. Neste sentido, Norberto BOBBIO: "*politikón* estava compreendido sem diferenciação o hodierno dúplice sentido de 'social' e 'político'" in BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 60. De acordo com essa idéia, "(...) a sociedade é um fato natural, determinado pela necessidade que o homem tem da cooperação de seus semelhantes para a consecução dos fins de sua existência. Essa necessidade não é apenas de ordem material, uma vez que, mesmo provido de todos os bens materiais suficientes à sua sobrevivência, o ser humano continua a necessitar do convívio com os semelhantes" in DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p.11. Por sua vez, o contratualismo é representado por Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu e John Locke. Segundo essa concepção, a formação da sociedade é resultado de um acordo de vontades, ou seja, de um contrato hipotético celebrado entre os indivíduos.

Ao longo da história, a motivação dos Estados em estabelecer essas relações pode ser identificada segundo duas linhas de pensamento: buscavam, os países, a dominação política, como na conquista de territórios e na guerra, e a dominação e exploração econômica,³ como no caso da exploração das colônias americanas e africanas pelos países europeus.

Estas relações que se estabelecem entre os Estados e que vão além do limite territorial, contrapondo-se com as relações internas Estado-indivíduo, constituem as relações internacionais. São, portanto, relações sociais entre diversos Estados que extrapolam as fronteiras nacionais,⁴ mas que operam dentro de um cenário, chamado de meio internacional. Segundo Ricardo SEITENFUS, “as relações internacionais surgem quando dois ou mais grupos socialmente organizados intercambiam bens, idéias, valores e pessoas, tanto num contexto juridicamente definido quanto de maneira circunstancial e pragmática”.⁵

O estudo das relações internacionais, nas palavras de Cristina Soreanu PECEQUILO, tem como objetivo analisar “os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades”.⁶ Além disso, compreende, não apenas o fato dos Estados e outras organizações efetuarem relações, mas a análise das motivações que levam esses atores à escolha de uma determinada atitude, na tentativa de estabelecer critérios e mecanismos racionais que permitam ao analista internacional a previsibilidade dos futuros acontecimentos.⁷

³ SEITENFUS, Ricardo. *Relações internacionais*. Barueri, SP: Manole, 2004. p.26.

⁴ BRAILLARD, Philippe. *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. p. 86.

⁵ SEITENFUS, R. Obra citada. p.2.

⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.15.

⁷ BRAILLARD, P. Obra citada. p.11-12.

1.2. Os atores das relações internacionais

No meio internacional interagem entre si os chamados atores internacionais, que constituem os personagens das relações em debate. O Estado, até aproximadamente o início da Primeira Guerra Mundial, era considerado como o ator exclusivo das relações internacionais. A partir deste período, novos atores foram entrando em cena, destacando a atuação das Organizações Internacionais.

São eles: os Estados, as Organizações Internacionais e os entes privados das relações internacionais, como as empresas transnacionais, as organizações não-governamentais de alcance transnacional, as igrejas, as organizações criminosas internacionais, a opinião pública e o indivíduo.

1.2.1. O Estado

O reconhecimento da soberania do Estado deu-se a partir da chamada Paz de Westfalia (1648), que marcou o fim da Guerra dos Trinta anos (1618-1648) – série de conflitos religiosos entre católicos e protestantes na Europa. Com isso, o Estado passou a ser “o núcleo fundamental de articulação política da emergente sociedade internacional”.⁸

O primeiro a utilizar a expressão “Estado” foi Maquiavel.⁹ Logo no início da

⁸ BEDIN, Gilmar Antônio. *O realismo político e as relações internacionais*. In: BEDIN, Gilmar Antônio. *et al. Paradigmas das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência*. 2.ed. rev. Ijuí: Ed. Ijuí, 2004. p.101.

⁹ A palavra “Estado” também caracteriza as organizações sociais e políticas anteriores à época de Maquiavel. Dalmo de Abreu DALLARI, por exemplo, aponta a evolução histórica do Estado em: Estado Antigo, caracterizadamente teocrático, no qual o governante expressava a vontade de um poder divino superior; Estado Grego, caracterizado pela polis (cidade-Estado), dotada de autonomia econômica, social e política; Estado Romano, que demonstra a evolução das civitas até a formação do Império Romano, cujo poder era único e centralizado; Estado Medieval, com poder era descentralizado, marcado principalmente pelos feudos; e Estado Moderno, inicialmente caracterizado pelo Estado absoluto, no qual o poder soberano confundia-se com o poder do próprio monarca, e posteriormente, pelo Estado de Direito, cuja idéia central é a de que o poder soberano do Estado

obra “O Príncipe”, o autor reconhece que “todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados”.¹⁰ Dessa forma, Maquiavel acaba designando uma nova palavra para definir as duas formas.¹¹ Comentando as obras do autor, ARENDT relata que, na verdade, república e monarquia “são meras formas de governo, e os governos podem ir e vir, o que deveria permanecer é o Estado”,¹² ou seja, a estabilidade do território e do povo.

O Direito Internacional Público identifica o Estado como sujeito de Direito Internacional quando este preencher os seguintes elementos: a) população permanente; b) território determinado; c) governo, e d) capacidade de entrar em relação com os demais Estados.¹³ Por população, entende-se pelo conjunto de indivíduos nacionais ou estrangeiros que residem em um determinado território e em um dado momento histórico. Por território, o espaço delimitado pelas fronteiras nacionais no qual o Estado exerce seu governo. Com relação aos dois últimos, o preenchimento desses requisitos deve-se à noção de soberania do Estado¹⁴. A soberania é entendida como a existência de “um governo não subordinado a

reside no povo. DALLARI, D. A. Obra citada, p. 60-73. No mesmo sentido: JELLINEK, Georg. *Teoría General del Estado*. 2.ed. México, F.C.E., 1958. p.236-271.

¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002. p.29.

¹¹ Para o que os gregos chamavam de *polis* e os romanos, de *res publica*.

¹² Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel por Hannah Arendt, publicadas pela Revista de Cultura e Política Lua Nova. Hannah Arendt e Merleau-Ponty sobre Maquiavel. Lua Nova., São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452002000100015.

¹³ Artigo 1º da Convenção Interamericana sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933 (Carta de Montevideú).

¹⁴ Para o Direito Internacional, a soberania não é elemento constitutivo do Estado, mas decorre da verificação dos últimos dois requisitos citados. Segundo Paulo BONAVIDES, “do ponto de vista externo, a soberania é apenas qualidade do poder, que a organização estatal poderá ostentar ou deixar de ostentar”. Do ponto de vista interno, a soberania “fixa a noção de predomínio que o ordenamento estatal exerce num certo território e numa determinada população sobre os demais ordenamentos sociais”. BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p.122.

qualquer autoridade exterior”,¹⁵ de modo que o Estado possa, em um primeiro momento, exercer seu poder em seu território sem interferência externa (auto-organização, auto-governo e auto-administração) e, em outro instante, possa relacionar-se com os outros Estados (enviar e receber missões diplomáticas).¹⁶

O preenchimento destes requisitos identifica o Estado como sujeito de Direito Internacional e o coloca em igualdade perante outros Estados no sistema internacional. A Carta das Nações Unidas, por exemplo, no Capítulo referente aos propósitos e princípios, enuncia em seu artigo 2º, parágrafo 1º:

“Art. 2º A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Artigo 1º, agirão de acordo com os seguintes Princípios:

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros.
(...)” (grifou-se)

Além disso, o artigo 4º da Convenção Interamericana sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933 (Carta de Montevideu) define que:

Art. 4º Os Estados são juridicamente iguais, desfrutam de iguais direitos e têm igual capacidade para exercê-los. Os direitos de cada um não dependem do poder de que disponham para assegurar seu exercício, mas sim do simples fato de sua existência como pessoa de Direito Internacional”.¹⁷ (grifou-se)

Portanto, o Direito Internacional Público reconhece a soberania dos Estados, através do princípio da autodeterminação dos povos e, ademais, admite a igualdade

¹⁵ SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e & ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 15. ed. rev. e atual. por Paulo Borba Casella. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 84.

¹⁶ Para DALLARI, a noção de soberania está sempre ligada à concepção de poder. Segundo o autor, soberania pode ser entendida de acordo com três fundamentos: político, como “o poder incontestável de querer coercitivamente e de fixar as competências”, jurídico, como “o poder de decidir em última instância sobre a atributividade das normas”, e culturalista, de acordo com Miguel Reale, como “o poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência”. DALLARI, D. A. Obra citada. p. 79-81.

¹⁷ Com redação semelhante, o artigo 10 da Carta da Organização dos Estados Americanos.

jurídica entre os Estados,¹⁸ “independentemente do peso ou da importância de cada um dos partícipes”.¹⁹

1.2.2. As Organizações Internacionais

As Organizações Internacionais são de caráter público, pois são representadas exclusivamente por Estados. Nessas organizações, o objetivo dos Estados é criar um espaço aberto para discussões entre os Estados-membros para que, através da atuação conjunta e da cooperação, possa-se chegar à satisfação do interesse e do objetivo comum dos associados.²⁰ Esse interesse depende fundamentalmente dos propósitos e das finalidades determinadas em cada Organização. Há, desse modo, organizações que têm por objetivo a paz e a segurança internacionais (ONU), a regulação do trabalho (OIT), a regulamentação das relações comerciais internacionais (OMC), a segurança da área do Atlântico Norte (OTAN), etc.

Cada Organização Internacional tem sua própria estrutura. Nos tratados que instituem ou criam as Organizações Internacionais, os Estados determinam o objetivo e as atividades a serem exercidos, o âmbito de atuação – regional ou universal – e a composição e o modo de decisão das questões envolvidas na Organização.

As principais Organizações Internacionais surgiram posteriormente às grandes guerras. Na primeira, criou-se a Liga das Nações. Na segunda, a Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo era a manutenção da paz e da segurança internacionais através da cooperação de todos os seus membros.

¹⁸ Artigo 1º, parágrafo 2º da Carta das Nações Unidas: “Art. 1º Os propósitos das Nações unidas são: 1.(...); 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal (...)”. (grifou-se)

¹⁹ SEITENFUS, R. Obra citada. p.30

²⁰ PECEQUILO, C. S. Obra citada. p. 67.

1.2.3. As empresas transnacionais

As empresas transnacionais são aquelas que possuem sedes estabelecidas no território de um Estado –conferindo-lhes nacionalidade²¹ – mas seus campos de atuação ultrapassam a fronteira deste Estado,²² desenvolvendo suas atividades em vários países.

Essas empresas têm papel fundamental na economia mundial, sendo que algumas possuem receitas superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. A instalação de filiais destas empresas em um Estado proporciona aumentos na oferta de empregos e atrai investimentos urbanos e turísticos.

O crescimento dessas empresas, infelizmente, não foi acompanhado pelo sistema internacional. As suas atividades transpõem os limites nacionais, criando um problema aos Estados, sobretudo pela carência de regulação. Por exemplo, conforme aponta Cristina Soreanu PECEQUILO, as empresas transnacionais apresentam problemas com relação às atividades realizadas entre a matriz e as filiais. Segundo a autora, elas são consideradas apenas como “trocas” e “apresenta[m] distorções na balança comercial, uma vez que estas atividades acabam não sendo consideradas como exportação e importação, diminuindo a receita dos Estados”.²³

1.2.4. As organizações não-governamentais de alcance transnacional

As organizações não-governamentais de alcance transnacional são “instituições de origem privada, vinculadas a uma ordem jurídica nacional, mas que, em razão de seus objetivos e atividades, visam atingir os indivíduos ou os bens

²¹ SEITENFUS, R. Obra citada. p. 129.

²² PECEQUILO, C. S. Obra citada. p. 74.

²³ *Idem.* p. 76.

localizados no território de dois ou mais Estados, ou em espaços internacionalizados”.²⁴ Caracterizam-se pela total autonomia em relação aos governos.

Da mesma forma que as Organizações Internacionais, as Organizações não-governamentais são instituídas para atingir uma finalidade. Os objetivos e as atividades são definidos no estatuto constitutivo de cada Organização. Se, por exemplo, o objetivo de uma organização é a defesa do ambiente, a Organização criada irá estabelecer os princípios que regem suas atividades, as formas de atuação para a concretização de sua meta. Para efeito de comparação, as organizações *Greenpeace* e *Sea Shepherd* são conhecidas por seu caráter ambientalista. No entanto, a *Greenpeace* caracteriza-se por seguir o princípio da não-violência, enquanto que a *Sea Shepherd* tem sido alvo de muitas críticas pelas suas atividades agressivas e violentas, incluindo afundar navios baleeiros.²⁵

A atuação das Organizações não-governamentais de alcance transnacional, em relação aos Estados, pode ser compreendida de duas formas. A primeira, diante da insuficiência ou da inércia do Estado na defesa de interesses que atingem vários países, as Organizações tomam para si a responsabilidade da solução destes problemas. Por exemplo, a organização Médicos Sem Fronteiras foi criada com o intuito de prestar auxílios médicos às populações mais necessitadas, em razão da limitação da ajuda humanitária internacional. A segunda, o objetivo das organizações vai de encontro com os Estados. Diferente da primeira, nesta, suas atividades são voltadas contrariamente aos Estados. A meta, nessa situação, é criticar a atuação estatal com relação a certo assunto, através de manifestações e de denúncias, como no caso da Anistia Internacional que, através da defesa dos

²⁴ SEITENFUS, R. Obra citada. p. 70.

²⁵ BURGIERMAN, Denis Russo. *Sangue no Mar*. Revista SuperInteressante. 223.ed. Fev 2006. p.70-73.

direitos humanos, divulga quando um Estado viola tais direitos, sensibilizando a opinião pública.

1.2.5. A Igreja

O fim da Guerra dos Trinta anos (1618-1648), através da Paz de Westfália (1648), reconheceu, pela primeira vez, a soberania dos Estados, restringindo a corporificação política da Igreja no Estado.

A religião serve como refúgio às pessoas que vão atrás de uma identidade espiritual, alcançada através da fé. Como atriz das relações internacionais, a religião exerce influência segundo três níveis:

“no primeiro, ela se manifesta de forma espetacular, ambígua, irregular, sendo refém de circunstâncias específicas; no segundo, encontramos a labuta quotidiana das igrejas – sobretudo as monoteístas –, que acolhem fiéis e estruturam seu poder tanto no interior do território dos Estados quanto na montagem de uma rede que desconhece os limites de fronteira; finalmente, as religiões influenciam a ação internacional dos Estados quanto inexistente separação entre este e a Igreja, sobretudo nos casos da religião ortodoxa, do judaísmo e do islã”.²⁶

No primeiro nível, a Igreja manifesta-se em casos isolados e esporádicos. Por exemplo, pode-se citar o peso do posicionamento da Igreja Católica contrário ao ataque norte-americano no Iraque, em 2003, ajudando na formação da opinião pública internacional desfavorável à guerra. No segundo, algumas instituições, que cada vez mais crescem em adeptos, utilizam-se da religião para atrair fiéis e constroem redes atuando tanto dentro de um país como atravessando os limites fronteiriços nacionais. Por exemplo, discute-se sobre a vinculação da religião para formar partidos políticos e para angariar votos nas eleições de cargos políticos. Além disso, cite-se a “Igreja da Unificação” do reverendo Sun Myung Moon, que adquiriu terras em uma área que compreende tanto parte do Estado do Mato Grosso do Sul, quanto parte do Paraguai, ignorando as fronteiras nacionais do Brasil e do Paraguai.

²⁶ SEITENFUS, R. Obra citada. p.145.

No terceiro caso, há a interferência da religião nos assuntos do Estado. Por exemplo, pode-se citar a união de países pelos traços religiosos, como é o caso da tentativa de se criar o Pan-arabismo, ou seja, a união dos países com maioria muçulmana.

A situação da Igreja Católica no contexto internacional é excepcional. A Santa Sé é reconhecida como sujeito de Direito Internacional Público, podendo, inclusive, manter relações internacionais com outros atores. Conforme descreve Dermi AZEVEDO, “de acordo com o secretário de Assuntos com os Estados, do Vaticano, o arcebispo francês Jean-Louis Tauran, isso se deve, em primeiro lugar, à sua história, à sua organização universal e transnacional e, também, ao seu chefe que, a partir da sua eleição em conclave, adquire um caráter internacional”.²⁷

Após o tratado de Latrão, em 11 de fevereiro de 1929, a Itália reconheceu a soberania da Santa Sé no domínio internacional, a qual seria exercida sobre o Estado da Cidade do Vaticano, criado pelo mesmo tratado. O poder espiritual da Igreja nunca foi colocada em dúvida. Contudo, a importância deste tratado foi a de “dar base material à soberania espiritual do Papa, que existe desde o início da instituição do Papado, e se lhe conceder uma garantia de direito público capaz de lhe assegurar a completa independência”.²⁸

1.2.6. As organizações criminosas internacionais

As organizações criminosas internacionais, entendidas como grupos que praticam qualquer atividade ilegal que frauda a organização social, é, atualmente, uma grande preocupação no cenário internacional. Suas estruturas mostram-se

²⁷ AZEVEDO, Dermi. *Desafios estratégicos da Igreja Católica*. Lua Nova., São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452003000300004.

²⁸ SILVA, G. E. & ACCIOLY, H. Obra citada. p. 177.

cada vez mais complexa, dividindo-se em redes emaranhadas que dificultam a investigação pelas autoridades estatais. Localizadas em vários lugares do mundo, elas ignoram as fronteiras nacionais dos Estados, não havendo limites para o alcance de suas atuações. “O tráfico de drogas, o contrabando de armas e os mecanismos de lavagem de dinheiro compõem uma economia paralela que ultrapassa de longe, em complexidade e em sofisticação, os velhos esquemas da Máfia e de organizações semelhantes”,²⁹ sendo que, muitas vezes, a movimentação financeira feita por essas organizações é superior a de muitos países do globo.

O combate às organizações criminosas internacionais constitui no grande desafio dos Estados. Afinal, o crescimento da ilegalidade põe em risco a segurança nacional dos países.

1.2.7. A opinião pública internacional

A opinião pública internacional constitui “redes globais de contato entre os mais diversos países”,³⁰ sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico das comunicações. Ela pode ser definida como “reação coletiva e instantânea de um conjunto de indivíduos perante o conhecimento ou uma situação”.³¹

A opinião pública internacional pode influenciar na atuação do Estado (e de qualquer outro ator internacional) através de manifestações públicas ou de meios de comunicação, forçando o Estado a recuar ou a agir em uma determinada situação. Por exemplo, pode-se citar a opinião pública que se formou contrária à invasão do Iraque pelas tropas norte-americanas.

²⁹ KUNTZ, Rolf. República, direitos e ordem global. Lua Nova., São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452003000300003.

³⁰ PECEQUILO, C. S. Obra citada. p.55.

³¹ SEITENFUS, R. Obra citada. p.160.

1.2.8. O indivíduo

É impossível negar que todos os efeitos das relações internacionais afetam, de alguma forma, os indivíduos, tanto coletivamente, quanto isoladamente.

Entretanto, para que o indivíduo seja considerado ator nas relações internacionais, ele deve ter reconhecimento internacional e praticar atos que tenham peso e consideração no cenário internacional. Ricardo SEITENFUS classifica os indivíduos em *especialistas*, que constituem em uma fonte de experiência prática conquistada com êxito; *profetas*, considerados pseudocientistas por não dispor de suficiente conhecimento científico; e *aqueles detentores de notório saber*, geralmente laureados por um prêmio internacional, garantindo-lhe respeito e prestígio.³²

1.3. As teorias das relações internacionais

Conforme aponta Philippe BRAILLARD, “a função da teoria consiste na explicação da realidade (...) ligada [a] uma função de previsão, consistindo esta em prever a evolução futura da realidade que é objecto da teoria”.³³

A teoria das relações internacionais seria, nas palavras do próprio autor, “um conjunto coerente e sistemático de proposições que têm por objectivo esclarecer a esfera das relações sociais”³⁴ definidas como internacionais.

O objetivo das teorias das relações internacionais, portanto, é analisar e esclarecer os eventos da esfera mundial relacionadas às relações estabelecidas entre os diversos atores do meio internacional, apontando a motivação e o caráter das ações direcionadas à consecução de resultados e tentando, a partir dos

³² *Idem.* p.168-171.

³³ BRAILLARD, P. Obra citada. p.11-12.

³⁴ *Idem.* p.15.

elementos de análise, estabelecer um critério de previsibilidade dos futuros acontecimentos.

As teorias das relações internacionais diferenciam-se entre si de acordo com a base de pensamento utilizada. Segundo Hans J. MORGENTHAU, essas teorias “diferem fundamentalmente em suas concepções da natureza do homem, da sociedade e da política”.³⁵ De um lado, há teorias que consideram a natureza humana através dos princípios da moralidade e da cooperação. De outro, há teorias que consideram que os homens são egoístas por natureza, razão pela qual declara que os princípios vigentes no mundo giram em torno do poder, da guerra, como instrumento de sobrevivência e de conquista, e da paz, como ausência ou latência de guerra, ou seja, um momento de equilíbrio de poder.

Da mesma forma, aponta Mônica HERZ e Andrea Ribeiro HOFFMAN que “as diferentes perspectivas teóricas buscam, entre outros objetivos, explicar a cooperação e o conflito entre os principais atores do sistema internacional, a produção de mecanismos de estabilização do mesmo e as formas como esse sistema político é governado na ausência de aparato estatal central”.³⁶

Nesse sentido, duas serão as mais importantes teorizações das relações internacionais: a teoria liberal e a teoria realista.

A base da teoria liberal encontra-se nos ensinamentos de John Locke, Montesquieu, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Immanuel Kant e Adam Smith. Para os liberalistas, o sistema internacional caracteriza-se pela anarquia. Não há um governo superior comum aos Estados e um conjunto de leis que regem as relações entre os atores internacionais. Trata-se, portanto, do Estado de Natureza de Hobbes. Contudo, para os liberalistas, o desenvolvimento e o progresso das

³⁵ MORGENTHAU, Hans Joachim. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. p. 01.

³⁶ HERZ, Mônica & HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.42.

sociedades se dá a partir dos indivíduos, devendo apenas o Estado criar condições legais e legítimas para a realização dessas atividades. Por isso, os liberalistas são contrários à concepção de Hobbes, pois a formação do Estado, segundo este autor, consiste na contenção dos impulsos egoísticos de cada indivíduo. O Estado de Natureza é marcadamente um estado de guerra, e sua superação viria através de um Estado soberano, evitando a violência e o choque de interesses entre as pessoas. Segundo a concepção liberal, a natureza humana é boa. Desse modo, tendo o Estado criado condições para o livre exercício da racionalidade humana, os indivíduos poderão criar um ambiente coletivamente próspero e pacífico.

No sistema internacional, seguindo a mesma concepção, os liberalistas acreditam que os Estados seriam capazes de criar vínculos de solidariedade entre si, garantindo o progresso de todos. Da mesma forma que nas relações internas, no meio internacional, será necessário criar mecanismos para regular as relações existentes entre os Estados.

Portanto, para a teoria liberal, a criação de organismos internacionais para a solução pacífica de controvérsias e o desenvolvimento de normas seriam suficientes para que os Estados se unissem através da cooperação para a solução dos conflitos e das diferenças entre os países. Segundo Mônica HERZ e Andrea Ribeiro HOFFMAN, “a tradição liberal é o fundamento de propostas que envolvem o papel das organizações e do direito internacionais para a geração de mais cooperação e mais ordem no sistema internacional. Como há uma relação inerente entre razão e paz, há um enfoque nos mecanismos que potencializam o uso da razão como o direito, a arbitragem, a negociação e a administração coletiva dos conflitos”.³⁷

De acordo com esses pressupostos, desenvolveu-se a teoria do idealismo político, que serviu de alicerce à criação da Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, e que foi criticada por Edward H. Carr.

³⁷ *Idem.* p.52.

2. A teoria realista

O desenvolvimento da teoria realista teve seu período de auge com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Os principais teóricos dessa teoria são Edward Carr e Hans Morgenthau.

Conforme visto, as teorias das relações internacionais diferenciam-se entre si de acordo com a base de pensamento utilizada. A teoria liberal, consoante o item anterior, é uma das principais teorias e utiliza, como pressuposto básicos, os princípios idealistas que inspiraram a criação da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas nos finais das Grandes Guerras.

A origem da teoria realista, por sua vez, remonta aos ensinamentos de Nicolau Maquiavel e de Thomas Hobbes, a seguir relatados.

2.1. A base de pensamento – Maquiavel e Hobbes

2.1.1. Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel introduziu na história do pensamento político o termo “Estado” e classificou as formas de governo em principado e república. Enquanto Maquiavel vai tratar da república no livro “Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio”, no livro “O Príncipe”, o autor discorre sobre o principado, mais precisamente sobre a formação de novos principados. Na realidade, o intuito do autor é retratar sobre a ascensão do novo príncipe que vai “livrar a Itália das mãos dos bárbaros”³⁸ e promover sua unificação.

Por essa razão, Maquiavel busca descrever as formas para se tornar príncipe. Segundo o autor, pode-se conquistar o poder através da *virtù*, da *fortuna*, da violência e do consentimento dos cidadãos, podendo-se dividir estas formas em

³⁸ BEDIN, G. A. Obra citada. p.68

dois grupos, em razão da oposição entre suas características: *virtù* x *fortuna*³⁹ e violência x consentimento dos cidadãos,⁴⁰ sendo os conceitos de *virtù* e *fortuna* os mais importantes para a compreensão das idéias de Maquiavel.

Virtù significa valor, capacidade. Conquistar o poder pela *virtù* demonstra a capacidade pessoal do príncipe, ou seja, a virtude e o merecimento deste para alcançar o fim almejado. *Fortuna*, por sua vez, significa acaso. A ascensão de um príncipe conquistada pela *fortuna* é fruto da sorte, no qual a subjetividade não influencia no curso dos acontecimentos. A diferença entre estas formas é que o principado construído através da *virtù* tende a manter-se mais facilmente do que a conquistada pela *fortuna*. O ideal, conforme conclui Maquiavel, é que haja um equilíbrio entre *virtù* e *fortuna*, ou seja, o príncipe deve aguardar um momento de oportunidade,⁴¹ que seria a ponte entre o acaso e a capacidade própria de realizar seus objetivos.

Maquiavel não faz um julgamento moral para distinguir a boa da má política. Para ele, a distinção entre um bom e um mau príncipe somente vai ser calculado através da estabilidade do Estado, ou seja, pela manutenção do principado. “O Estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude”.⁴² Assim, descreve o autor, “quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está fadado a sofrer, entre tantos que não são bons. É necessário, portanto, que o príncipe que deseja manter-se, aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário”.⁴³ Portanto, a

³⁹ “(...) um indivíduo que se torna príncipe pressupõe ter grande valor ou boa sorte”. MAQUIAVEL, N. Obra citada. p.49.

⁴⁰ *Idem.* p.62.

⁴¹ “Sem essa oportunidade, seus valores não teriam sido aproveitados; sem estes, a oportunidade teria sido vã”. *Idem.* p.50.

⁴² GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Trad. Dario Canali. 16.ed. Porto Alegre: L&PM, 2001. p.10.

⁴³ MAQUIAVEL, N. Obra citada. p.93.

esperança de manter o Estado firme seria motivo justo para os meios e os métodos empregados pelo príncipe, sejam eles utilizados pela violência ou pela bondade.

Em outra passagem, Maquiavel questiona se, para o príncipe, é melhor ser amado ou temido. Segundo o autor, “os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha”.⁴⁴ É melhor, portanto, ser temido, “devendo apenas evitar o ódio”.⁴⁵

Portanto, a grande contribuição de Maquiavel é afastar julgamentos morais e preceitos religiosos da esfera política. No intuito de defender os interesses do Estado, preservando-o, os meios empregados “serão sempre tidos como honrosos, e elogiados por todos”.⁴⁶ Neste sentido, há, em Maquiavel, “a afirmação da especificação da esfera política em toda a sua extensão, que, ao afastar os juízos éticos ou morais correntes, é articulada a partir de uma visão absolutamente realista das relações de poder e concretizada por meio da secularização e da racionalização dos argumentos políticos”.⁴⁷ Para GRUPPI, “Maquiavel funda uma nova moral que é a do cidadão, do homem que constrói o Estado; uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual, que deveria apresentar-se ao julgamento divino ‘formosa’ e limpa”.⁴⁸

⁴⁴ *Idem.* p.99.

⁴⁵ “Concluiu-se, portanto, com respeito ao ser temido e amado, que os homens amam de acordo com seu próprio arbítrio, mas temem segundo a vontade do príncipe; portanto, o príncipe sábio deve apoiar-se nos meios a seu alcance, e não no que depende do poder alheio, devendo apenas evitar o ódio”. *Idem.* p.101.

⁴⁶ *Idem.* p.104.

⁴⁷ BEDIN, G. A. Obra citada. p.81.

⁴⁸ GRUPPI, L. Obra citada. p.11.

2.1.2. Thomas Hobbes

Thomas Hobbes, no livro *Leviatã*, difunde as idéias do contratualismo. Segundo essa concepção, a origem da sociedade e do poder político está ligada a um acordo feito entre os indivíduos com o objetivo de instituir um Estado social e político em detrimento do chamado Estado de Natureza. Desse modo, Hobbes provocou desconforto “uma vez que a obra rompia com a herança aristotélica da sociabilidade natural do homem e com a tradição medieval da concessão divina do poder do rei e estabelecia um novo e surpreendente fundamento do poder: o consenso dos indivíduos, formalizado através de um contrato”.⁴⁹

A noção de Estado de Natureza é uma das principais contribuições de Hobbes para a teoria realista. O Estado de Natureza constitui pelo momento anterior à formação do Estado, caracterizado pela ausência de um poder legal e pela falta de monopólio legal da força.

Os homens, inseridos nesse Estado de Natureza, são considerados iguais entre si e, desse modo, segundo a natureza humana, cada um defende seus interesses, sendo a sobrevivência a necessidade principal. Assim, “quando os homens primitivos vivem no estado natural, como animais, eles jogam uns contra os outros pelo desejo de poder, de riquezas, de propriedade”.⁵⁰ De acordo com o autor, existem três causas principais de discórdia: Competência, Desconfiança e Glória. “A Competência impulsiona os homens a atacarem-se para lograr algum Benefício; a Desconfiança garante-lhes a Segurança e a Glória, a Reputação. A primeira utiliza a Violência para apossar-se de pessoas, mulheres e crianças e gado; a segunda para defender esses bens, e a terceira, faz com que se recorra à força, por motivos insignificantes”.⁵¹

⁴⁹ BEDIN, G. A. Obra citada. p.88.

⁵⁰ GRUPPI, L. Obra citada. p.12.

⁵¹ HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. Rosina D'angina. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2000. Leviathan. p.95.

O Estado de Natureza, para Hobbes, é caracterizado pelo estado de guerra. Segundo o autor, “quando não existe um Poder comum capaz de manter os homens em respeito, temos a condição do que se denomina Guerra; uma guerra de todos os homens contra todos”,⁵² ou seja, no choque de interesses, cada um, visando sua própria sobrevivência, entra em conflito com outro indivíduo. E neste cenário, “as noções de Bem e Mal, de Justiça e Injustiça; não encontram lugar nesse procedimento; não há Lei onde não há Poder comum e onde não há Lei não há Justiça”.⁵³ Conforme aponta BEDIN, “segundo os mesmos passos de Maquiavel, Thomas Hobbes aprofundou uma concepção realista da natureza humana, demonstrando que os homens não são naturalmente bons e justos e que, sem a presença do Estado, eles encontram-se absolutamente livres para realizar todas as suas paixões mais profundas e satisfazer plenamente aos seus instintos, mesmos os mais violentos”.⁵⁴ Complementa Rolf KUNTZ, pois para Hobbes, “o recurso à força e à astúcia, meios individuais de luta, é apenas uma resposta precária, embora indispensável na ausência de um poder comum”.⁵⁵

A superação do Estado de Natureza está ligada à Razão humana. Como “os homens destroem-se uns aos outros, eles percebem a necessidade de estabelecerem entre eles um acordo, um contrato”.⁵⁶ O indivíduo, dessa forma, visando propiciar a paz, estabelece um pacto com os outros indivíduos renunciando o direito de governar a si mesmo, entregando este poder a uma Pessoa ou a uma Assembléia de Homens, que passa a ser chamado de Estado, ou o grande LEVIATÃ⁵⁷.

⁵² *Idem*. P.96.

⁵³ *Idem*. p.97.

⁵⁴ BEDIN, G. A. Obra citada. p.92.

⁵⁵ KUNTZ, R. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-644520030003000003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-644520030003000003.

⁵⁶ GRUPPI, L. Obra citada. p.12.

⁵⁷ HOBBS, T. Obra citada. p.126.

Através, portanto, da razão humana, manifestada através do Direito e do acordo de vontades, os indivíduos pactuam entre si, formando um Poder comum – o Estado absoluto – que faça com que todos respeitem as leis objetivas, garantindo a paz e a segurança.

2.2. Realismo político de Edward H. Carr e Hans J. Morgenthau

2.2.1. Edward H. Carr

Edward Carr, em seu livro “Vinte anos de crise: 1919-1939”, define as bases da teoria realista como uma reação aos pressupostos idealistas que regeram o mundo no período entre as duas grandes guerras, concepções que eram marcadamente utópicas.⁵⁸

Para Carr, o pensamento utópico baseava-se no conceito de harmonia de interesses. Identificava-se o interesse comum dos Estados na figura da paz internacional. Assim, para os utópicos, os Estados estabeleceriam uma convivência apoiada na cooperação para a realização da paz e da segurança internacionais. Sob esses fundamentos, criou-se a Liga das Nações.⁵⁹

Entretanto, a instituição de uma organização para a mediação de conflitos não foi suficiente para a manutenção da paz duradoura. Segundo o autor, os utópicos ignoraram a natureza conflitiva nas relações dos Estados fundamentadas nas relações de poder.

De acordo com Carr, portanto, a prevalência dos pressupostos idealistas (ou utópicos) no período do entre-guerras conduziu o mundo para uma crise. Afinal,

⁵⁸ Na realidade, trata-se de uma contra-reação. Os pensamentos idealistas surgiram após a Primeira Guerra Mundial como uma reação aos princípios realistas que, segundo a concepção idealista, foram considerados como motivos que encadearam a guerra. Desse modo, o idealismo político pretendia trazer o abandono da celebração de tratados secretos, o fim da diplomacia profissional, a relativização dos recursos à violência e o fim da política do equilíbrio de poder. BEDIN, G. A. Obra citada. p.105.

⁵⁹ CARR, E. H. Obra citada. p.51-68.

estes ideais não foram suficientes para conter o nacionalismo que colocou Hitler no poder e que acarretou em uma nova guerra mundial. A paz duradoura não foi alcançada.

A paz, segundo Carr, seria resultado do equilíbrio de poder. Considerando a característica conflituosa das relações entre os Estados, eles, podendo dispor livremente sua soberania a fim de satisfazer seus interesses, usariam todas as formas possíveis para atingir tal finalidade, inclusive através do uso da força. Entretanto, o interesse da sobrevivência é o primeiro propósito de qualquer Estado.⁶⁰

O autor não nega a importância da busca pela paz. Porém, a paz para a teoria é entendida como ausência de guerra, ou seja, a paz negativa. O Estado, percebendo que a participação em muitos conflitos pode resultar no seu fim, através do equilíbrio de poder entre os conflitantes, busca não realizar guerras.

2.2.2. Hans J. Morgenthau

Para MORGENTHAU, diferente das teorias que pautam-se segundo o entendimento de que haveria uma ordem política entre os atores das relações internacionais a qual derivaria de princípios universais, reconhecendo-se um interesse comum internacional, a teoria apresentada por ele, chamada de realista,

“considera que o mundo, imperfeito como é do ponto de vista racional, resulta do encontro de forças inerentes à natureza humana. Assim, para poder melhorar o mundo, seria necessário trabalhar com essas forças, e não contra elas. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos”⁶¹.

⁶⁰ CARR, E. H. Obra citada. p.69-89

⁶¹ MORGENTHAU, H. J. Obra citada. p. 02.

A teoria realista tem por função, segundo o autor, relatar a realidade do jeito que ela é, e não do jeito que ela deveria ser. A partir dessa premissa, MORGENTHAU aponta seis princípios do realismo político.

Primeiro, para o realismo político, a política é retratada por leis objetivas que pautam suas origens na natureza humana. Por essa razão, o realismo político deve desenvolver “uma teoria racional que reflita essas leis objetivas, mesmo que de modo imperfeito e desequilibrado”.⁶² Dessa forma, para a compreensão de toda sociedade – e da comunidade internacional e de suas leis que regem as relações entre os Estados – “é necessário entender previamente as leis que a governam”.⁶³

O segundo princípio consiste em definir o conceito de interesse em termos de poder, possibilitando “a compreensão da política internacional como esfera autônoma de ação e de compreensão dos fenômenos humanos”.⁶⁴

No terceiro, o autor estabelece que o conceito de interesse definido em termos de poder compõe uma categoria objetiva universalmente válida, presente ao longo da história, ou seja, faz parte da “essência da política”.⁶⁵ No entanto, o interesse de um determinado Estado pode variar de acordo com o contexto político. Em razão disso, pode-se dizer que o interesse de cada Estado no cenário internacional depende dos seus problemas e necessidades, que são determinados pela política externa. Esta, por sua vez, é definida pelo momento histórico de cada país.

No quarto princípio, consoante o realismo, os princípios morais universais não podem ser aplicados no comportamento estatal em sua formulação abstrata, devendo ser analisados de acordo com as conjunturas temporal e espacial.

De acordo com o quinto princípio, no realismo político, as aspirações morais de um Estado não devem ser ajustadas com os preceitos morais que regem o

⁶² *Idem.* p.05.

⁶³ BEDIN, G. A. Obra citada. p.120.

⁶⁴ *Idem.* p.120.

⁶⁵ MORGENTHAU, H. J. Obra citada. p.17.

universo. Para MORGENTHAU, “uma coisa é saber que as nações estão sujeitas à lei moral, e outra, muito diferente, é pretender saber, com certeza, o que é bom ou mau no âmbito das relações entre nações”.⁶⁶

Por fim, o realismo político garante a autonomia da esfera política, ou seja, sua especificidade diante de outros critérios, como o econômico, jurídico, moral, etc. Entretanto, conforme aponta o autor, a especificação da política “não implica descaso em relação à existência e à importância desses outros modos de pensar”.⁶⁷

2.3. Teoria realista sob o enfoque do Direito

Considerando as relações internacionais, é de suma importância a atuação do Direito, no intuito de tentar reger, juridicamente, essas relações entre os Estados, organizações internacionais e os demais atores internacionais. Nesse sentido, o Direito Internacional Público pode ser definido como “o conjunto de normas jurídicas que regulam as relações mútuas dos Estados e, subsidiariamente, as das demais pessoas internacionais, como determinadas organizações, e dos indivíduos”.⁶⁸

No Direito Internacional Público, não há um poder legislativo com capacidade para criar leis internacionais. A criação das normas de Direito Internacional, portanto, é atribuição direta dos Estados. De acordo com o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, consideram-se como fontes do Direito Internacional Público, gerando direitos e deveres aos Estados:

“Art.38.

1. A Corte, cuja função seja decidir conforme o direito internacional as controvérsias que sejam submetidas, deverá aplicar:

- a) as *convenções internacionais*, sejam gerais ou particulares, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes;
- b) o *costume internacional* como prova de uma prática geralmente aceita como direito;
- c) os *princípios gerais do direito* reconhecidos pelas nações civilizadas;

⁶⁶ *Idem.* p.21.

⁶⁷ *Idem.* p.26.

⁶⁸ SILVA, G. E. & ACCIOLY, H. Obra citada. p.04.

d) as *decisões judiciais* e as *doutrinas* dos juristas de maior competência das diversas nações, como meio auxiliar para a determinação das regras de direito, sem prejuízo do disposto no artigo 59.

(...)” (destacou-se)

Os principais direitos e deveres do Estado são estabelecidos pela Convenção Interamericana sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933 (Carta de Montevideu) e pela Carta da Organização dos Estados Americanos (artigos 10-23). Fundamentalmente, são direitos dos Estados: direito à liberdade, direito de igualdade, direito ao respeito mútuo e direito de defesa e conservação. Os deveres podem ser classificados em morais e jurídicos. São deveres morais, a solidariedade entre os Estados e a cortesia internacional, e são deveres jurídicos, o respeito à existência do outro Estado, o cumprimento fiel dos tratados e convenções, a observância dos costumes internacionais e a não-intervenção em governos alheios.

Os tratados internacionais⁶⁹ são atos jurídicos pelos quais as partes contratantes, sujeitos de Direito Internacional, manifestando suas vontades, pactuam sobre um determinado assunto, criando direitos e deveres às partes. São as principais fontes do Direito Internacional Público.

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, uma das principais fontes do Direito Internacional que trata da matéria, assim dispõe:

“Os Estados Partes na presente Convenção,
Considerando o papel fundamental dos tratados na história das relações internacionais,
Reconhecendo a importância cada vez maior dos tratados como fonte de Direito Internacional e como meio de desenvolver a cooperação pacífica entre as nações, quaisquer que sejam seus regimes constitucionais e sociais,
Observando que os princípios do livre consentimento e da boa-fé e a regra *pacta sunt servanda* são universalmente reconhecidos,
Afirmando que as controvérsias relativas aos tratados, tais como as outras controvérsias internacionais, devem ser solucionadas por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do Direito Internacional,
Recordando a determinação dos povos das Nações Unidas de criarem condições necessárias à manutenção da Justiça e do respeito das obrigações resultantes dos Tratados,

⁶⁹ Convenção é uma das definições. Tratados internacionais podem ser designados por protocolo, convênio, declaração, compromisso, etc. SILVA, G. E. & ACCIOLY, H. Obra citada. p.29.

Conscientes dos princípios de Direito Internacional incorporados na Carta das Nações Unidas, tais como os princípios da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, da igualdade soberana e independência de todos os Estados, na não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, da proibição da ameaça ou do emprego da força e do respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, Convencidos de que a codificação e o desenvolvimento progressivo do direito dos tratados, alcançados na presente Convenção, servirão aos propósitos das Nações Unidas enunciados na Carta, que consistem em manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas e realizar a cooperação entre as nações, Afirmando que as regras do Direito Internacional costumeiro continuarão a reger e as questões que não forem reguladas nas disposições da presente Convenção, Convencionaram o seguinte:" (grifou-se e destaque no original)

Para a teoria realista, o meio internacional é caracterizado por ser um ambiente anárquico (Estado de Natureza de Hobbes), no qual não há um Poder comum e hierarquicamente superior aos Estados. Por essa razão, os Estados, juridicamente iguais, poderiam livremente dispor de seus recursos para a satisfação de suas necessidades, inclusive utilizando-se da violência contra outros Estados. Nesta seara, afirma BEDIN que “não existindo, no sistema internacional, uma sociedade política e, em consequência, o monopólio da violência por parte de um eventual Estado mundial, todos os estados podem dispor legitimamente da força – pois nada pode ser injusto e a guerra é, em alguns casos, o último recurso para resolver uma situação de conflitos”.⁷⁰

Segundo José Francisco REZEK, “o Estado soberano, no plano internacional, não é originalmente jurisdicionável perante corte alguma. Sua aquiescência, e só ela, convalida a autoridade de um foro judiciário ou arbitral”.⁷¹

Conforme foi visto, Hobbes estabelece a passagem do Estado de Natureza – o estado de guerra – ao Estado organizado juridicamente, detentora do monopólio da força, trazendo paz e segurança a todos os indivíduos. Assim, a formação do Estado, segundo a concepção de Hobbes, estaria ligada ao Direito, atribuindo

⁷⁰ BEDIN, G. A. Obra citada. p.99.

⁷¹ REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 10.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p.02.

direitos e deveres aos indivíduos, consistindo em uma forma judicial de solução dos conflitos.

Por essa razão, MORGENTHAU acredita na possibilidade da formação de um Estado mundial. Segundo o autor, em um sistema fundamentado no exercício da livre soberania de cada Estado, não há a possibilidade de frear o impulso do poder do Estado.

O surgimento desse Estado mundial consistiria na criação de uma comunidade supranacional de individualidades, no qual seria estabelecido um sistema funcional e organizacional que permitiria o apaziguamento dos conflitos existentes e a satisfação das necessidades de cada indivíduo.

De acordo com o idealismo político, os próprios Estados criariam mecanismos necessários para que, através da cooperação, se pudesse garantir a segurança coletiva e o desenvolvimento igualitário dos Estados. A criação de Organizações Internacionais permeia essa idéia, não sendo necessário o estabelecimento de um Estado mundial.

Para o realismo político, no entanto, o sistema de leis e a existência de instrumentos para a solução pacífica de controvérsias não são suficientes. Segundo os realistas, a ausência do Estado mundial simboliza a ausência de um poder legal. A estrutura normativa do Direito Internacional Público não dispõe de hierarquização e não obriga as partes a efetivamente cumprir os acordos realizados. A presença de órgãos complementares, como as Organizações Internacionais, igualmente, transformam-se em locais de manifestação de poder dos Estados mais poderosos em detrimento dos Estados mais fracos. De acordo com Mônica HERZ e Andrea Ribeiro Hoffman,

“as Organizações Internacionais não têm o poder para fazer as decisões serem cumpridas, e os Estados optam por obedecer as regras e as normas criadas, de acordo com seus interesses nacionais. Elas são tratadas como barco vazios, existindo somente enquanto

servem aos interesses dos Estados. As organizações são fundamentalmente instrumentos usados pelos Estados mais poderosos para atingir seus objetivos”.⁷²

2.4. Teoria realista sob o enfoque da Ciência Política

Para Hans MORGENTHAU, “a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder”.⁷³ Desse modo, o país com maiores poderes poderia impor sua vontade sobre qualquer outro Estado considerado mais fraco. No entanto, conforme aponta Edward H. CARR, a definição da política exclusivamente em termos de poder não é verdadeira, sendo melhor definir que “o poder é sempre um elemento essencial da política”.⁷⁴

A capacidade dos Estados dentro da política internacional é determinada pelos recursos de poder militares, econômicos ou políticos, ou seja, pelas relações de poder que influenciam ou determinam o comportamento do outro.⁷⁵

De acordo com Edward H. CARR, o poder político pode ser dividido em três categorias: a) poder militar, b) poder econômico e c) poder sobre a opinião.⁷⁶

O poder militar seria a *ultima ratio* do poder. Todo Estado dirige a guerra como uma arma que pode ser necessário como último recurso. Ao longo da história, é possível perceber que a contingência militar sempre foi um fator importante nas relações internacionais, podendo ser tanto utilizada como instrumento, quanto como fim. Como instrumento, o poder militar, mais precisamente a razão entre a força militar de um Estado e a dos outros países, é determinante para a política externa e

⁷² HERZ, M. & HOFFMAN, A. R. Obra citada. p.50.

⁷³ MORGENTHAU, H. J. Obra citada. p.49.

⁷⁴ CARR, E. H. Obra citada. p.105.

⁷⁵ HERZ, M. & HOFFMAN, A. R. Obra citada. p.49.

⁷⁶ O poder é indivisível. A separação é apenas didática. CARR, E. H. Obra citada. p.110.

para o estabelecimento de uma relação⁷⁷. Como fim, o início de uma guerra tem como objetivo tornar ou evitar que se torne um país militarmente mais forte.

O poder econômico sempre foi um instrumento do poder político. A doutrina liberal dos economistas clássicos concebia a separação entre a economia e a política. De acordo com essa doutrina, a ordem econômica possuía leis próprias, independentes da política. No entanto, conforme aponta Edward H. CARR, esse distanciamento não passa de ilusão.⁷⁸

A economia tem papel predominante na política e deve ser analisada conforme dois aspectos: como autarcia e como instrumento da política nacional.

Autarcia, ou auto-suficiência, é a capacidade de um Estado em dispor de todos os produtos necessários para a subsistência. Assim, um país que consegue produzir uma maior variedade de produtos e uma adequada quantidade – capaz de alimentar e satisfazer todos os habitantes – necessitará, em menor grau, estabelecer relações com outros Estados. Pelo contrário, o país que é deficiente na produção de produtos, desde os básicos até os supérfluos, deverá definir uma política externa que vise suprir essa carência. O poder econômico como instrumento da política, por sua vez, é a capacidade de utilização deste poder para adquirir influência no exterior e assume duas formas: exportação de capital e controle de mercados estrangeiros.

O poder sobre a opinião é a capacidade de sobrepor seus ideais à opinião pública internacional, trazendo legitimidade popular às suas atividades. Neste sentido, o papel da propaganda é de suma importância. Por essa razão, um país pode desenvolver opiniões favoráveis à manutenção de sua posição privilegiada.

Considerando que no sistema internacional os Estados são considerados juridicamente iguais, em tese, todos disporiam de iguais condições para o estabelecimento de relações. No entanto, a igualdade formal não traduz a desigualdade de fato que se encontra no cenário internacional.

⁷⁷ *Idem.* p.111.

⁷⁸ *Idem.* p.117-119.

Assim, para a teoria realista, as relações interestatais são relações de poder, ou seja, um Estado detentora de maiores recursos de poder contrai maiores benefícios em detrimento de países cujo poder político é menor. Portanto, os realistas, de acordo com Mônica HERZ e Andrea Ribeiro HOFFMAN,

“salientam que a ausência de governo gera uma luta constante pela sobrevivência e pela independência. Logo, é impossível ignorar a posição dos outros atores na hierarquia de poder do sistema, pois os amigos de hoje podem ser os inimigos de amanhã. Dessa forma, os atores são movidos pela falta de confiança no outro e pela lógica dos ganhos relativos. Se a posição de cada ator na hierarquia de poder do sistema é considerada fundamental, a colaboração que favorece o outro tende a ser vista como uma possível perda”.⁷⁹

⁷⁹ HERZ, M. & HOFFMAN, A. R. Obra citada. p.49-50.

3. A crítica da teoria do realismo político no atual cenário internacional

Os pressupostos da teoria realista atingiram o apogeu após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria. Uma das características da teoria do realismo político é somente considerar o Estado como ator nas relações internacionais, o que vem rendendo muitas críticas à teoria.

Ao longo dos anos, conforme visto, o mundo tem percebido o aumento e o desenvolvimento de outros atores internacionais, como as organizações internacionais, as empresas transnacionais e as organizações não-governamentais de alcance transnacional.

Além disso, muitos críticos atribuem à teoria realista o título de teoria pessimista por considerar como base de pensamento a natureza humana conflitiva. No entanto, a teoria realista continua atual e serve para demonstrar a faceta hostil e nebulosa das relações internacionais.⁸⁰

Por esses motivos, o presente capítulo analisará as relações interestatais no atual cenário internacional, através de fatos recentes, segundo as concepções do realismo político, demonstrando a atualidade e a relevância desta teoria e superando os pressupostos idealistas do meio internacional.

Após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 26 de junho de 1945, cinquenta e um Estados reuniram-se na Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas, em São Francisco (EUA) e assinaram a Carta das Nações Unidas, criando-se a Organização das Nações Unidas (ONU) oficialmente em 22 de Outubro de 1945. A ONU pode ser considerada como a sucessora da Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, inspirada nos pressupostos

⁸⁰ BEDIN, G. A. Obra citada. p.128.

idealistas. Atualmente, a grande maioria dos Estados do globo terrestre faz parte desta organização internacional.⁸¹

A ONU tem como principais objetivos a manutenção da paz e da segurança internacionais, além de buscar resolver os problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários.⁸²

De acordo com o artigo 7º da referida Carta, são órgãos da ONU: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho Tutelar, Corte Internacional de Justiça e Secretariado.

A Assembleia Geral é composta por todos os Estados-membros, sendo que, cada país, tem o direito a apenas um voto. Se um membro estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização, em um montante que iguale ou exceda a soma das contribuições pagas nos dois anos anteriores, não terá direito ao voto. Entretanto, a própria Assembleia pode permitir que este membro vote, “se ficar provado que a falta de pagamento é devida a condições independentes de sua vontade” (Carta das Nações Unidas, artigo 19).

Cumprida à Assembleia Geral a discussão de qualquer questão relativa à manutenção da paz e da segurança internacionais submetidas por qualquer membro, pelo Conselho de Segurança ou por um Estado que não seja membro da Organização (Carta das Nações Unidas, artigo 11). Além disso, a Assembleia discute e emite recomendações com a finalidade de promover cooperação internacional no terreno político, econômico, social, cultural, educacional e sanitário

⁸¹ Segundo a própria Organização, são 192 países-membros. Informação obtida em <<http://www.un.org/Overview/unmember.html>>. Acesso em: 13 Set 2006.

⁸² Artigo 1º, parágrafo 1º e 3º da Carta das Nações Unidas. “Art.1º Os propósitos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; 2. (...); 3. Conseguir uma cooperação internacional de caráter econômico, social, cultural e humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (...).”

(Carta da ONU, artigo 13), dentre outras atribuições, como a admissão, a suspensão ou a expulsão de algum membro.

O Conselho de Segurança é composto por quinze Estados-membros das Nações Unidas, sendo cinco membros permanentes: República Popular da China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os outros dez são membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, sem possibilidade de reeleição.

O artigo 27 da Carta das Nações Unidas determina que:

“Art. 27.

1. Cada membro do Conselho de Segurança terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Segurança, em questões processuais, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove Membros.
3. As decisões do Conselho de Segurança, em todos os outros assuntos, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove membros, inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes, ficando estabelecido que, nas decisões previstas no capítulo VI e no parágrafo 3º do artigo 52, aquele que for parte em uma controvérsia se absterá de votar.”

No parágrafo 3º, “os votos afirmativos de todos os membros permanentes” faz surgir o chamado “direito de veto”. Assim, caso um dos membros permanentes exerça o direito de veto, a resolução do Conselho de Segurança não será aprovada. A abstenção de qualquer um dos membros permanentes não configura como veto. Ricardo SEITENFUS relata um caso curioso, ocorrido em 1950, no período da Guerra Fria. Em junho daquele ano, as tropas da Coreia do Norte – comunista – invadiram a Coreia do Sul, que era aliada aos ideais ocidentais. Cientes de que a participação dos EUA na Guerra da Coreia poderia acarretar em um confronto direto com a então URSS, os norte-americanos, “aproveitando-se da ausência do delegado da URSS, aprovaram uma Resolução no Conselho de Segurança autorizando o envio de um contingente internacional à Coreia. De fato, a bandeira da ONU esteve

à frente dos combatentes, mas os soldados eram, essencialmente, norte-americanos”.⁸³

A função primordial do Conselho de Segurança, como o próprio nome diz, é prezar pela segurança internacional. Diante de ameaças à paz e à segurança internacionais ou de atos de agressão, as resoluções do Conselho de Segurança tratarão de encontrar uma solução – pacífica ou não⁸⁴ – para afastar estes problemas.

O Conselho Econômico e Social, composto por cinquenta e quatro Estados-membros eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de três anos (é possível a reeleição) tem por função: efetuar estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos, podendo emitir recomendações a respeito destes assuntos; fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; promover projetos de convenções e remeter à Assembléia; e convocar conferências internacionais sobre assuntos de sua competência (Carta das Nações Unidas, artigo 62.).

O Conselho de Tutela, sob a autoridade da Assembléia Geral, tem por função, prestar auxílio nas questões de acordos de tutela para todas as zonas não designadas como estratégicas (Carta da ONU, artigo 85). A composição deste Conselho é definida pelo artigo 86, parágrafo 1º da Carta:

“Art. 86

1. o Conselho de Tutela será composto dos seguintes membros das Nações Unidas:

a) os Membros que administrem territórios tutelados;

⁸³ SEITENFUS, R. Obra citada. p.55-56.

⁸⁴ Carta das Nações Unidas, artigo 42: “no caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas”.

- b) aqueles que dentre os Membros mencionados nominalmente no artigo 23, que não estiverem administrando territórios tutelados; e
- c) quantos outros Membros eleitos por um período de três anos, pela Assembléia Geral, sejam necessários para assegurar que o número total de Membros do Conselho de Tutela fique igualmente dividido entre os Membros das Nações Unidas que administrem territórios tutelados e aqueles que o não fazem”.

A Corte Internacional de Justiça, localizada em Haia, é o órgão judiciário das Nações Unidas. Esta Corte é constituída por magistrados independentes eleitos, no total de quinze, não podendo haver magistrados de mesma nacionalidade (Estatuto da Corte Internacional de Justiça, artigo 2º e 3º).

De acordo com o artigo 94 da Carta das Nações Unidas, todos os membros se comprometeram a conformar-se com a decisão da Corte, em qualquer caso em que seja parte. Entretanto, os Estados-membros podem confiar a solução de suas divergências a outros tribunais (Carta da ONU, artigo 95).

O Secretariado é o órgão administrativo da Organização das Nações Unidas, cuja figura central é o Secretário-Geral. O Secretário-Geral é escolhido pela Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança e tem como principal função administrativa a realização do relatório anual das atividades da Organização a ser apresentado à Assembléia. Atualmente, o Secretário-Geral é o ganes Kofi Annan, desde 1º de Janeiro de 1997.

A criação da Organização das Nações Unidas foi muito importante para a história mundial. Ainda na primeira metade do século XX, o mundo esteve diante de duas grandes guerras que ocasionaram muitas mortes e destruíram vários territórios. Desde sua criação, várias foram as contribuições da Organização para assegurar a paz e a segurança internacionais, através de ajuda humanitária e de, às vezes, ação militar (albergada pelo Conselho de Segurança).

Contudo, a ONU apresenta algumas limitações. Conforme visto, o Conselho de Segurança da ONU é composto por quinze membros, sendo cinco deles considerados membros permanentes, com direito de veto. Em primeiro lugar, o uso abusivo do veto evita que resoluções importantes sejam emitidas. Em segundo

lugar, a Organização das Nações Unidas, criada pelos vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, exclui, por consequência, os países considerados derrotados na referida Guerra. Desse modo, países que atualmente possuem uma posição de destaque no cenário mundial não fazem parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança, como é o caso da Alemanha e do Japão. Em razão disso, está em discussão a possibilidade do aumento do número de integrantes do Conselho de Segurança para a inclusão destes Estados como membros permanentes. Neste embate, Brasil, Índia e África do Sul também buscam uma posição permanente no Conselho.

A ONU, como qualquer outra Organização Internacional que peca pela falta de democratização, também pode ser vista como um legitimador das condições sociais e políticas dos países desenvolvidos. Assim, a participação de países mais poderosos na Organização significa um meio para manter o *status quo* destes Estados, enquanto que a participação os Estados mais fracos constitui em um fator de sobrevivência, buscando-se a não-exclusão completa das questões internacionais. Para Ricardo SEITENFUS, “a presença da Organização Internacional somente institucionaliza essas relações e tende a não colocar em cheque o poder exercido pelos Estados mais fortes. Nesse sentido, as Organizações Internacionais formalizam e concedem legitimidade a uma hegemonia consensual”.⁸⁵ Acrescenta o autor que “tanto o processo institucional que se acaba de retratar quanto o processo efetivo de tomada de decisões nas Organizações Internacionais desenrolam-se tendo como pano de fundo o movimento do poder hegemônico de certos Estados”.⁸⁶ Tal situação é compreendida através da existência de membros permanentes no Conselho de Segurança. Afinal, algumas das questões mais importantes da Organização, incluindo a possibilidade do uso da força militar em conflitos, são decididas permanentemente por apenas cinco países que, inclusive, têm poder de

⁸⁵ SEITENFUS, R. Obra citada. p.125.

⁸⁶ *Idem.* p.126.

veto e que, muitas vezes, acabam privilegiando os interesses de seus respectivos Estados – em detrimento da finalidade da Organização – na tomada de decisão. Dessa maneira, esses Estados transformam a Organização em um local de embates de interesses, quando, na realidade, deveria ser um lugar de debates.⁸⁷

De acordo com os pressupostos idealistas que influenciaram na criação da ONU, os Estados deveriam, através da cooperação internacional, resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário (Carta das Nações Unidas, artigo 1º, parágrafo 3º).

Segundo a Carta das Nações Unidas, há duas possibilidades de ocorrer a guerra: a agressão (guerra de agressão) e as contramedidas, divididas em legítima defesa individual ou coletiva e em medidas tomadas por iniciativa do Conselho de Segurança que envolvem o emprego da força armada.

A agressão, conforme definição da Assembléia Geral da ONU (Resolução 3314), é o uso da força armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial e a independência político de um outro Estado.⁸⁸ A legítima defesa é o emprego da força por um Estado ilegalmente atacado por outro Estado. Por fim, as medidas tomadas pelo Conselho de Segurança estão arroladas no artigo 42 da Carta das Nações Unidas. Caso as medidas que não envolvam força armada sejam suficientes, o Conselho de Segurança poderá utilizar-se de forças aéreas, navais ou terrestres para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

⁸⁷ De acordo com Mônica HERZ e Andrea Ribeiro HOFFMAN, a contribuição das Organizações Internacionais para a cooperação entre os Estados-membros “envolve a criação de um espaço social e até físico, no qual negociações de curta, média e longa duração podem ser realizadas, além de uma máquina administrativa que traduz essas decisões em realidade” in HERZ, M. & HOFFMAN, A. R. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.23

⁸⁸ Resolução 3314 da Assembléia Geral da ONU: “Article 1. Aggression is the use of armed force by a State against the sovereignty, territorial integrity or political independence of another State, or in any other manner inconsistent with the Charter of the United Nations, as set out in this Definition”. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/29/ares29.htm>>. Acesso em 18 Set 2006.

Edward H. CARR escreve que “uma das falácias da teoria da segurança coletiva é a de que se possa fazer a guerra com o propósito específico e desinteressado de ‘resistência à agressão’”.⁸⁹

Em um fato recente, precisamente em março de 2003, tropas norte-americanas, apoiadas por britânicos e australianos, invadiram o Iraque, declarando guerra contra este país. Em princípio, o argumento dos Estados Unidos era de que o então presidente do Iraque, Saddam Hussein, estaria desenvolvendo armas de destruição em massa.

Essa atitude, por não estar albergada por resolução do Conselho de Segurança e não caracterizar ato de legítima defesa, pode ser classificada como ato de agressão. Segundo Rolf KUNTZ,

“A invasão foi liderada pelo governo dos Estados Unidos contra a opinião da maioria dos membros do Conselho de Segurança da ONU. Ao tomar essa iniciativa, o governo americano mostrou do modo mais explícito o que pode significar, para a ordem mundial, a condição singular de seu país. A consolidação de uma superpotência, incontestável em força militar, econômica e tecnológica, é uma das novidades mais notáveis e mais perigosas para o sistema formado no pós-Segunda Guerra Mundial”.⁹⁰

Com relação a essa iniciativa, dois comentários podem ser feitos. Em primeiro lugar, esse fato demonstra a deficiência da Organização das Nações Unidas, uma vez que nada pôde fazer para condenar a ação norte-americana. Afinal, a guerra do Iraque corrobora com a divisão ideológica que se cria com os principais países da Organização. Segundo Ricardo SEITENFUS, “surgiu um nítido corte entre, de um lado, a posição pacifista e de defesa do multilateralismo da Alemanha, Bélgica e França e, de outro, o alinhamento ativo de um grande número

⁸⁹ CARR, E. H. Obra citada. p.113.

⁹⁰ KUNTZ, Rolf. República, direitos e ordem global. Lua Nova., São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452003000300003.

de Estados europeus à posição belicosa dos Estados Unidos (Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Portugal, Dinamarca e Holanda)".⁹¹

Em segundo lugar, a guerra reflete a posição de destaque dos Estados Unidos nos assuntos internacionais. Os Estados Unidos, potência que se destacou com o declínio da União Soviética, detêm um poderio militar, econômico e político superior, sobressaindo-se nas relações internacionais em detrimento de outros países. Por um lado, o poderio norte-americano permite a realização de seus interesses sem sofrer interferências de outros países. Por outro, seu poder faz com que a presença do país em tratados ou convenções internacionais traga maior legitimidade a essas fontes. Nesse sentido, pode-se citar a ausência dos Estados Unidos na assinatura do Protocolo de Kyoto e na ratificação do Tribunal Penal Internacional.

Com relação ao Tribunal Penal Internacional, sua criação pelo Tribunal Penal Internacional constituiu em

"um marco na história do direito internacional pois pela primeira vez se estabeleceu uma corte judicial internacional para julgar criminosos de guerra e perpetradores de genocídio e crimes contra a humanidade, quando não forem julgados por seus tribunais nacionais. Finalmente o mundo se mostrou pronto para criar um tribunal de caráter permanente e se livrar dos tribunais de exceção, criados pelos vencedores nos períodos posteriores às guerras ou pelo Conselho de Segurança da ONU para julgar situações localizadas, como ocorreu com os Tribunais da ex-Iugoslávia, de Ruanda e de Serra Leoa"⁹².

Entretanto, países como Estados Unidos, Rússia e China não assinaram o Estatuto. Não obstante isso, os Estados Unidos criam empecilhos à plena atividade do Tribunal, ao definir leis internas, acordos bilaterais e resoluções que evitam, entre outras medidas, o julgamento de membros da força armada norte-americana⁹³.

⁹¹ SEITENFUS, R. Obra citada. p.65.

⁹² FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *Tribunal Penal Internacional: a diferença da concepção teórica e a atuação prática do Brasil em comparação com os EUA*. In: Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.1, n.1, jan./jun.2005. p. 04.

⁹³ *Idem*. p.09-11.

Conclusão

Segundo os pressupostos idealistas, as Nações deveriam organizar-se para, através da cooperação internacional, resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário.

Entretanto, os Estados e a Organização das Nações Unidas – criada para esse fim –, não têm conseguido resultados suficientes e satisfatórios na diminuição das desigualdades dos países. Cada vez mais, o abismo que separa os poderosos dos fracos vai se tornando mais profundo.

Desse modo, as relações internacionais, segundo a teoria realista, pode ser entendida como relações que se caracterizam pela luta pelo poder, no qual cada Estado tentará sobrepor seus interesses em detrimento aos outros Estados.

O realismo político, portanto, procurar superar os pressupostos idealistas, verificando a impossibilidade do reconhecimento de uma harmonia de interesses capaz de unir todos os Estados para a obtenção e a manutenção da paz.

Após a Primeira Guerra Mundial, a difusão destes ideais “utópicos” não foram suficientes para impedir que uma nova guerra ocorresse.

O atentado do dia 11 de Setembro de 2001 significou, para alguns, o início da Terceira Guerra Mundial, mas com características diferentes das duas primeiras. Nesta terceira, a guerra envolveria Estados contra organizações criminosas, como os grupos terroristas. Entretanto, pode-se dizer que a guerra se estabeleceria entre Estados, pois muitos países financiam estas atividades criminosas, como é o caso do Irã.

Portanto, a desigualdade entre os Estados faz surgir naqueles considerados mais fracos, um sentimento de revolta contra os Estados poderosos. Após os atentados, muito se falou que os Estados Unidos estavam “colhendo os frutos”.

Deixando de lado esse caso específico, pode-se dizer que a questão da desigualdade dos Estados, apesar do Direito reconhecer a igualdade jurídica, é questão importante para a “comunidade internacional”.

Apesar do avanço do Direito Internacional Público, sobretudo pelo reconhecimento do *jus cogens*, pouca efetividade pode ser percebida no sentido de se buscar a igualdade entre os Estados.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. Política. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Trad. Sérgio Bath. 2.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985. Études Politiques.
- AZEVEDO, Dermi. *Desafios estratégicos da Igreja Católica*. Lua Nova., São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452003000300004.
- BEDIN, Gilmar Antônio. *O realismo político e as relações internacionais*. In: BEDIN, Gilmar Antônio et al. Paradigmas das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência. 2.ed. rev. Ijuí: Ed. Ijuí, 2004.
- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 60. State, Government and Society.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BRAILLARD, Philippe. *Teorias das Relações Internacionais*. Trad. J. J. Pereira Gomes e A. Silva Dias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. Théorie des Relations Internationales.
- BURGIERMAN, Denis Russo. *Sangue no Mar*. Revista SuperInteressante. 223.ed. Fev 2006. p.70-73.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. Trad. Lydia Cristina. 8.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999. Les Grandes Oeuvres Politiques de Machiavel à nos jours.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FINGER, Ana Cláudia et al. *A soberania jurídica do Estado em uma abordagem histórico-sociológica do poder*. In: BACELLAR Filho, Romeu Felipe (coord.). Elementos de Direito Internacional Público. Barueri: Manole, 2003.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila. *Tribunal Penal Internacional: a diferença da concepção teórica e a atuação prática do Brasil em comparação com os EUA*. In:

Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.1, n.1, jan./jun.2005. p. 4-11.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. Trad. Dario Canali. 16.ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Trad. Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. Rethinking international relations.

Hannah Arendt e Merleau-Ponty sobre Maquiavel. Lua Nova., São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452002000100015.

HERZ, Mônica & HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. Rosina D'Angina. 2.ed. São Paulo: Ícone, 2000. Leviathan.

HOBBS, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991.

JELLINEK, Georg. *Teoría General del Estado*. Trad. Fernando de los Rios Urruti. 2.ed. México, F.C.E., 1958

KUNTZ, Rolf. *República, direitos e ordem global*. Lua Nova., São Paulo, n. 60, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago 2006. doi: 10.1590/S0102-64452003000300003.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. *Uma abordagem contextualizada da teoria política de Thomas Hobbes*. In: WOLKMER, Antonio Carlos (org.). *Introdução à História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.93-134.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARTEL, Leticia de Campos Velho. *O tempo e a política no pensamento de Maquiavel*. In: WOLKMER, Antonio Carlos (org.). *Introdução à História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.67-92.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O ideário da paz em um mundo conflituoso*. In: BEDIN, Gilmar Antônio et al. Paradigmas das relações internacionais: realismo – idealismo – dependência – interdependência. 2.ed. rev. Ijuí: Ed. Ijuí, 2004.

- MORGENTHAU, Hans Joachim. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. Trad. Oswaldo Biato. *Politics among nations: the struggle for power and peace*.
- MOTA, Myriam Becho & BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações Internacionais: estudo de introdução*. 1.ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. *Brasil tem o dever de recorrer*. Curitiba: Gazeta do Povo, p.25, 15 Set 2006. Entrevista concedida a José Rocher.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 8.ed. São Paulo: Rt, 2005.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 10.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SALDANHA, Eduardo. *Teoria das relações internacionais*. Curitiba: Juruá, 2005.
- SEITENFUS, Ricardo. *Relações internacionais*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento & ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de direito internacional público*. 15. ed. rev. e atual. por Paulo Borba Casella. São Paulo: Saraiva, 2002.